

SIMULADO AMOSTRA

POLÍCIA PENAL DO CEARÁ
Policial Penal



PROVA OBJETIVA

Língua Portuguesa

Texto I (Questões 01 a 07)

Relações de poder e decisão: conflitos entre médicos e administradores hospitalares

1	Os hospitais abrigam tensões de natureza grupal e
2	profissional. Seu corpo diretivo e clínico é constituído por
3	médicos que usualmente têm dificuldade de aceitar
4	normas disciplinares e de ouvir recomendações,
5	principalmente quando elas vêm dos administradores
6	hospitalares. Esta pesquisa tem como objetivo analisar
7	como administradores hospitalares da cidade de Belo
8	Horizonte percebem as relações de poder entre sua
9	categoria profissional e a dos médicos proprietários de
10	hospitais e suas consequências. Os discursos de nove
11	administradores hospitalares, com experiência mínima de
12	quatro anos na gerência de hospitais, foram coletados e
13	analisados usando a metodologia qualitativa. A pesquisa
14	identificou que o hospital é um local da disciplina médica,
15	no qual o médico controla o cotidiano dos demais
16	profissionais, determinando o tipo de comportamento
17	esperado. Os empregados entrevistados se ressentem da
18	falta de autonomia na gestão e consideram que isso
19	prejudica o andamento dos processos e a qualidade dos
20	serviços prestados. Queixam-se, principalmente, da falta
21	de informações e da impossibilidade de participarem das
22	decisões estratégicas. Admitem que o relacionamento
23	com os médicos proprietários é permeado por conflitos,
24	pois, muitas vezes, estes ignoram as questões colocadas
25	pelos administradores e insistem na diferença de classe
26	como forma de fazer prevalecer suas opiniões. A principal
27	característica dos conflitos refere-se ___ ¹ percepção de
28	superioridade do profissional médico em relação aos
29	demais.

Mackenzie – <https://www.doi.org>

01. O tipo de linguagem predominante no Texto I é

- A referencial
- B conativa
- C metalinguística
- D fática
- E poética

02. De acordo com o Texto I, a dificuldade para aceitar normas disciplinares e para ouvir recomendações fica acentuada quando a orientação

- A parte de um profissional médico e se destina a outro profissional médico.

B parte de um profissional não-médico e se destina a um profissional médico.

C parte de um profissional não-médico e se destina a um profissional não-médico.

D parte de um profissional médico e se destina a um profissional não médico.

E parte de médicos proprietários para médicos contratados.

03. A partir da leitura do Texto I, o autor buscou informações sobre conflitos entre médicos e administradores hospitalares analisando pontos de vista:

- I. dos médicos.
- II. dos administradores hospitalares.
- III. de vários profissionais da área da saúde.

É correto o que se afirma:

- A apenas em I.
- B apenas em II.
- C apenas em I e II.
- D apenas em I e III.
- E apenas em II e III.

04. Ainda a partir da leitura do Texto I, podemos inferir que os administradores hospitalares:

- A participam das decisões estratégicas do hospital.
- B consideram os médicos superiores aos demais profissionais que atuam no ambiente hospitalar.
- C relacionam-se com os médicos-proprietários de forma harmoniosa.
- D Acreditam que a qualidade dos serviços prestados pelo hospital seria melhor se tivessem mais autonomia na gestão.
- E recebem salários inferiores aos de qualquer dos médicos do hospital em que trabalham.

05. Assinale a única alternativa que completa de forma coesa e coerente o trecho a seguir: “O hospital é um local da disciplina médica, no qual o médico controla o cotidiano dos demais profissionais, determinando o tipo de comportamento esperado”.

- A Por isso, os demais profissionais devem exercer suas tarefas sempre visando o bem-estar dos pacientes, independentemente do comportamento que os médicos esperam deles.

B Apesar disso, os demais profissionais devem adotar posturas que os médicos considerem adequadas.

C Desta forma, dentro do hospital, os demais profissionais acabam tendo que se submeter às exigências dos médicos.

D Por isso as tarefas de cada profissional dentro do hospital devem ser determinadas pelo administrador hospitalar.

E Apesar disso os administradores hospitalares se ressentem da falta de autonomia na gestão dos hospitais.

06. No trecho “Seu corpo diretivo e clínico é constituído por médicos que usualmente têm dificuldade de aceitar” a forma “que” em destaque é utilizada como:

A pronome com função de adjunto adnominal.

B conjunção que introduz uma oração subordinada objetiva direta.

C pronome relativo.

D conjunção coordenativa.

E pronome indefinido.

07. Analise o espaço vazio 1 do Texto I (I.27) e as opções abaixo

I. a

II. à

III. há

A(s) forma(s) que preenche(m) o espaço vazio 1 de forma ortográfica, gramaticalmente coesa e que respeita as regras de concordância nominal da gramática tradicional do português brasileiro é/são:

A I apenas.

B II apenas.

C III apenas.

D I e II apenas.

E II e III apenas.

08. Dentre os conjuntos de palavras a seguir, aquele que apresenta todos os termos grafados e acentuados corretamente é:

A Ultrarromantismo – jejum – atrás – amenizar – subterfúgio.

B Minissaia – micro-ondas – sub-reptício – câibra.

C Presságio – privilégio – prestígio – pajem.

D Cerejeira – janela – viagem – corajem.

E Canjica – giló – girafa – geléia.

09. Assinale a opção que apresenta a frase em que houve erro de concordância da palavra sublinhada.

A O presidente fez questão de deixar bem claras as suas intenções.

B O STF qualificou de antidemocrático aqueles atos.

C O governo chinês torna visíveis os erros das ditaduras.

D Os enfermeiros tiveram reconhecidos os direitos de greve.

E Tomei emprestados à biblioteca vários livros.

10. A pontuação foi criada para que os textos se tornassem mais claros. Uma das regras do emprego da vírgula é sua utilização para marcar uma oração adverbial antecipada, como na seguinte frase:

A Como seriam venturosos os agricultores, se conhecessem a sua fortuna;

B A natureza é grande nas grandes coisas, mas é grandiosa nas pequenas coisas;

C O trabalho do lavrador é o trabalho natural do homem, o único que acalma as paixões e vigoriza o corpo;

D Sentar-se à sombra, num belo dia, e repousar o olhar sobre a verdura é o repouso mais perfeito;

E Quando a última árvore morrer e o último rio for envenenado, você vai perceber que o dinheiro não alimenta.

Texto II (Questões 11 e 12)



11. Pela leitura dos quadrinhos, assinale a afirmativa INCORRETA.

A A fala do marido apresenta uma oposição entre o fato de estar no bar e não beber cerveja.

B A fala da esposa apresenta um elemento condicional, hipotético.

C A forma “eu te juro” marca registro informal, coloquial, adequado à circunstância doméstica de comunicação e ao grau de intimidade entre os dois.

D As falas se referem a ambientes diferentes: bar e casa; a ação no momento das falas ocorre naquele espaço.

E Há um paralelismo entre as falas dos dois, com a fala da esposa refutando a fala do marido com relativo sarcasmo.

12. “E se você achar um cara pelado no armário, ele só estava vendo a novela aqui em casa” (...) Assinale a alternativa em que a mudança de posição da palavra “só” no segmento sublinhado no trecho acima NÃO provoque alteração de sentido.

A ele estava vendo a novela aqui em casa só

B ele estava vendo a novela só aqui em casa

C ele estava vendo só a novela aqui em casa

D ele estava só vendo a novela aqui em casa

E só ele estava vendo a novela aqui em casa

Noções de Informática

13. Este dispositivo de armazenamento é caracterizado por guardar informações de maneira permanente, não volátil. Os dados são gravados em discos magnéticos, chamados de platters, estes platters são geralmente compostos de duas camadas. Um braço mecânico percorre toda a área do disco magnético lendo os arquivos que são solicitados pelo usuário ou sistema operacional. Marque a alternativa abaixo que contém o dispositivo da definição dada acima.

A BLU-RAY.

B DVD-R

C CD-RW.

D SSD.

E HDD.

14. É uma plataforma de mídia social focada em negócios e emprego que funciona através de sites e aplicativos móveis. Fundada em dezembro de 2002 e lançada em 5 de maio de 2003, de propriedade da Microsoft. Marque a alternativa CORRETA que representa uma mídia social descrita.

A Facebook.

B Sumry.

C Networking.

D Currículo Lates.

E LinkedIn.

15. Uma URL é

A um protocolo simples da camada de transporte que permite que a aplicação escreva um datagrama encapsulado em um pacote IP enviado ao destino.

B um protocolo de comunicação usado entre dois ou mais computadores em rede para encaminhamento dos dados.

C um protocolo de comunicação utilizado para sistemas de hipermídia distribuídos e colaborativos.

D o endereço de um recurso disponível em uma rede, seja a Internet, uma rede corporativa, ou uma intranet.

E um protocolo utilizado para fornecer relatórios de erros quando receberem um datagrama corrompido.

16. É correto afirmar que o atalho Alt + F4 no Windows 11 é responsável por:

A Copiar o item selecionado.

B Recortar o item selecionado.

C Desfazer uma ação.

D Fechar o item ativo ou sair do aplicativo ativo.

E Abrir uma nova janela.

17. Considere as afirmativas abaixo sobre mecanismos de busca na Internet.

I. O Bing é um motor de busca desenvolvido pela Microsoft que é menos popular do que o Google e Yahoo pois só pode ser utilizado mediante pagamento.

II. O recurso "Estou com Sorte" do Google direciona o usuário para a página que seria o primeiro resultado da pesquisa, sem visualizar a lista completa de resultados.

III. Yahoo foi um dos primeiros mecanismos de busca, precedendo o Google.

Está(ão) CORRETA(S):

A I, apenas.

B II, III, apenas.

C I, II, apenas.

D I, III, apenas.

E I, II, III.

18. Durante o processo de construção de relatórios que serão manipulados e aperfeiçoados por vários usuários usando o LibreOffice Writer, vários comandos serão utilizados. Assinale a opção que

apresenta o comando adequado para esse contexto.

- A Formatar > Tradução Automática
- B Editar > Calculadora Avançada
- C Exibir > Simulação de Sombreamento
- D Visualizar > Modo 3D
- E Editar > Controle de Alterações

Raciocínio Lógico

19. Sabendo que o alfabeto brasileiro contém 26 letras, analise a seguinte série lógica:

A, A, B, C, E, H, ...

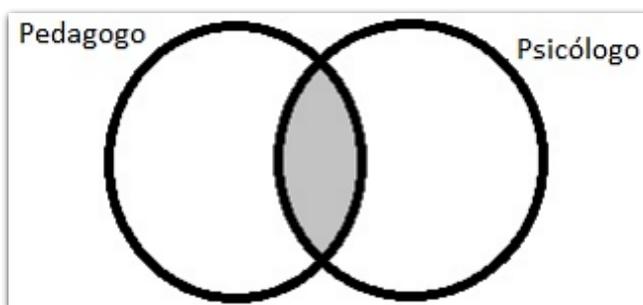
O próximo termo da série é a letra:

- A S.
- B Q.
- C O.
- D M.
- E K.

20. Se “alguns cientistas são agnósticos” e “todos os agnósticos são críticos”, então necessariamente:

- A Algum cientista é crítico.
- B Todo crítico é agnóstico.
- C Nenhum crítico é cientista.
- D Todo agnóstico é cientista.
- E Nenhum cientista não é crítico.

21. Analise o diagrama lógico a seguir:



Sobre a região pintada, é correto afirmar que:

- A Algum pedagogo não é psicólogo.
- B Todo pedagogo é psicólogo.
- C Algum pedagogo é psicólogo.
- D Nenhum pedagogo é psicólogo.
- E Algum psicólogo não é pedagogo.

22. Uma bandeira com 7 listas em branco, deve ser pintada. Temos 11 cores, cada lista deve ter uma única cor, uma cor usada não pode ser reutilizada. De quantas formas essa bandeira pode ser pintada?

- A 1.543.200
- B 1.663.200
- C 1.423.200
- D 1.373.200
- E 1.293.200

23. Em determinado ano, o dia 17/06, que é o dia do aniversário de Bruno, aconteceu em uma segunda-feira. O aniversário da irmã de Bruno, Camila, é dia 07/11. Nesse mesmo ano, o aniversário de Camila aconteceu em um/uma

- A terça-feira.
- B quarta-feira.
- C quinta-feira.
- D sexta-feira.
- E sábado.

24. Considerando os conjuntos $A = \{0, 1, 3, 5, 7\}$, $B = \{0, 1, 4, 6, 8, 9\}$ e N o conjunto dos números naturais, qual conjunto representa o resultado de $(A \cap B) \cap N$?

- A (0).
- B (1).
- C (0, 1, 3, 5, 7).
- D N .
- E (0, 1).

Noções de Administração Pública e Ética no Serviço Público

25. A Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei No. 13.709) define em seu Art. 5º alguns conceitos. Um deles é o de

- A agentes de tratamento: responsável pela utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento.
- B controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais.
- C encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- D operador: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

E titular: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

26. Sobre os princípios da Administração Pública, analise os itens a seguir:

- I. Princípio da legalidade.**
- II. Princípio da publicidade.**
- III. Princípio da impessoalidade.**
- IV. Princípio da moralidade.**
- V. Princípio da eficiência.**

Assinale

- A se somente o item I estiver correto.
- B se somente os itens I e III estiverem corretos.
- C se somente os itens I, II e IV estiverem corretos.
- D se somente os itens I, II, IV e V estiverem corretos.
- E se todos os itens estiverem corretos.

27. Nos termos da Lei de Acesso à Informação, qualquer cidadão interessado pode apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Porto Alegre. Em relação ao referido pedido de acesso a informações, é correto afirmar que:

- A Desde que possível, o órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.
- B Não se dará acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, sob pena de responsabilização do servidor ou autoridade que autorizar tal acesso.
- C O Município poderá exigir quaisquer informações relacionadas com a identificação do solicitante como requisito para que a informação seja prestada.
- D O órgão ou a entidade poderá cobrar o serviço de busca e de fornecimento de informação além do valor necessário ao ressarcimento dos custos incorridos no atendimento do pedido.
- E Quando julgadas necessárias, poderão ser feitas pelo Município quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

28. Cada área do conhecimento humano, bem como as profissões a ela ligadas, apresenta seus objetivos éticos, geralmente positivados em códigos. A ética, nesse sentido, promove valores que tendem a harmonizar o funcionamento de uma sociedade, tornando regra o respeito ao direito de todas as pessoas. Diante de tal, é correto afirmar

que a ética é construída por uma sociedade embasada no(a):

- A Conjunto de leis e normas vigentes e que regulam a vida de seus componentes.
- B Constituição genética e racial de seus componentes.
- C Educação formal, de superior, de seus componentes.
- D Conjunto de manifestações político-partidárias de seus componentes.
- E Conjunto de valores morais, históricos e culturais de seus componentes.

29. Considerando a ética no Setor Público, julgue os itens subsequentes.

- I. Omitir informações que lhe forem solicitadas quando julgar inoportunas para o processo administrativo em curso é uma atividade prevista e aceita no Setor Público.**
- II. No Setor Público, o profissional deve agir de modo temerário, evitando assim atitudes irresponsáveis ou que causem risco ao bom andamento do trabalho.**
- III. No Setor Público, o profissional deve declarar-se apto para atuar em processos administrativos, sobretudo em matérias ou assuntos que lhe interessem diretamente.**

Assinale a alternativa correta.

- A Nenhum item está certo.
- B Apenas o item I está certo.
- C Apenas o item II está certo.
- D Apenas o item III está certo.
- E Apenas os itens I e II estão certos.

30. A direção, uma das funções do Administrador, engloba as seguintes atividades:

- A elaboração de relatórios, planejamento e controle.
- B liderança, controladoria e tomada de decisão.
- C comunicação, definição de objetivos e controle.
- D comando, organização e motivação.
- E motivação, comunicação e liderança.

31. A respeito dos objetivos de gestão por processos, assinale a alternativa incorreta.

- A Aumentar o valor do produto/serviço na percepção do cliente
- B Aumentar a competitividade
- C Atuar segundo a(s) estratégia(s) competitiva(s) considerada(s) mais relevante(s), que agregue(m) valor ao cliente

- D Aumentar sensivelmente a produtividade, com eficiência e eficácia
- E Simplificar processos, aumentando atividades que não acrescentem valor ao cliente

32. Sobre a descentralização e a desconcentração é correto afirmar que a

- A descentralização compreende a distribuição de competências para outra pessoa jurídica, enquanto a desconcentração constitui distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica.
- B desconcentração compreende a distribuição de competências para outra pessoa jurídica, desde que de natureza jurídica de direito público.
- C descentralização constitui distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica, admitindo, excepcionalmente, a delegação de serviço público a terceiros.
- D descentralização compreende a distribuição de competências para outra pessoa jurídica, vedada a delegação de serviço público à pessoa jurídica de direito privado.
- E desconcentração constitui a delegação de serviço público à pessoa jurídica de direito privado por meio de permissão ou concessão.

Legislação Específica

33. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará (Lei nº 9.826/1974), o funcionário que causar danos a terceiros, quando no exercício de suas funções,

- A não enseja responsabilidade do Estado, salvo comprovação de culpa ou dolo do servidor.
- B responde civilmente pela reparação de danos causados, excluída, neste caso, a apuração de responsabilidade disciplinar, sob pena de dupla penalização.
- C deve ser acionado diretamente pela vítima, respondendo civilmente pela reparação dos danos causados.
- D não pode ser demandado a responder pelos danos causados, nem direta, nem regressivamente.
- E enseja responsabilidade do Estado pela reparação dos danos, cabendo ação regressiva contra o servidor em caso de dolo ou culpa.

34. Ainda de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará, quanto ao processo administrativo, é correto afirmar que

- A o pedido de reconsideração e o recurso, em regra, têm efeito suspensivo.
- B o pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.
- C o direito de pleitear na esfera administrativa prescreve, em regra, em trinta dias.
- D o recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver praticado o ato ou proferido a decisão.
- E ao recorrente será concedido o direito de vista dos autos administrativos por até quinze dias.

35. Conforme o Regime Disciplinar dos policiais Penais do Ceará, não é um dever funcional:

- A desempenhar as atribuições legais e regulamentares inerentes ao cargo ou função com zelo, dedicação, eficiência e probidade
- B participar, no caso de policiais penais, de treinamentos ou cursos ofertados pelo Estado que busquem manter a preparação física e intelectual necessária para o exercício de sua função
- C manter apenas a conduta pública compatível com a dignidade da função
- D adotar as providências cabíveis e fazer as comunicações devidas, em face das irregularidades que ocorram em serviço ou de que tenha conhecimento
- E oferecer aos internos informações sobre as normas que orientarão seu tratamento, regras disciplinares e seus direitos e deveres

36. NÃO se aplica o Regime Jurídico do Funcionário Civil do Estado do Ceará aos

- A Procuradores do Estado.
- B Juízes de Direito do Estado.
- C Secretários do Estado.
- D Servidores do Poder Legislativo.
- E funcionários administrativos do Tribunal de Contas do Estado

37. De acordo com a Constituição Estadual do Ceará, assinale a alternativa incorreta:

- A Compete à Polícia Civil exercer com exclusividade as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive militares.
- B O Corpo de Bombeiros Militar é instituição permanente orientada com base nos princípios da legalidade da probidade administrativa, da hierarquia e da disciplina.
- C A segurança pública, penitenciária e a defesa civil são cumpridas pelo Estado do Ceará para proveito geral, com a responsabilidade cívica de todos na preservação da ordem coletiva.

D Todos os órgãos que integram o sistema de segurança pública, penitenciária e a defesa civil estão identificados pelo comum objetivo de proteger a pessoa humana.

E A Polícia Penal de natureza permanente, com função indelegável de Estado, vinculada ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.

38. Não faz parte do Sistema Penitenciário do Estado do Ceará:

- A Centro de Triagem e Observação Criminológica
- B Cadeia Privadas
- C Penitenciárias
- D Colônias Agrícolas
- E Casas do Albergado

39. Servidor público do estado do Ceará, que se afaste, durante o estágio probatório, do exercício de suas funções terá suspensão do estágio durante o período de afastamento, se for por motivo de

- A desempenho de função eletiva federal.
- B júri.
- C férias.
- D licença especial.
- E licença à servidora gestante.

40. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará, a vacância de cargo público resultará de

- A readaptação.
- B posse em outro cargo não cumulável.
- C falecimento.
- D reversão.
- E mudança de domicílio.

Noções de Direito Administrativo

41. É representada pelo interesse público, materializada na lei e será sempre pública. O desvio desse objetivo legal leva a invalidação do ato e caracteriza o desvio do objetivo final, outra espécie de abuso de poder. A qual elemento do ato administrativo o texto acima se refere?

- A Competência.
- B Finalidade.
- C Forma.
- D Motivo.
- E Objeto.

42. O controle sobre atos da Administração Pública pode ser realizado

- A tão só pelo Poder Legislativo.
- B somente pelo Poder Judiciário e Poder Legislativo.
- C pelo Poder Judiciário, Poder Legislativo ou pelo próprio Poder Executivo.
- D somente pelo Tribunal de Contas.
- E tão só pelo Poder Judiciário e Tribunal de Contas.

43. São atributos do ato administrativo, EXCETO:

- A A presunção de legitimidade.
- B A imperatividade.
- C A autoexecutoriedade.
- D A tipicidade.
- E A publicidade.

44. A prerrogativa da Administração de promover atos e procedimentos tendentes à aplicação de penas administrativas àqueles que a ela estiverem relacionados por vínculo específico de subordinação refere-se ao poder:

- A De Polícia.
- B Disciplinar.
- C Regulamentar.
- D Subordinado.
- E Vinculado.

45. O poder regulamentar da Administração se fundamenta em

- A editar normas complementares à lei, visando a sua fiel execução.
- B organizar a atividade administrativa, inclusive com a vocação de competências e criação de órgãos.
- C determinar limitações à atuação de particulares, em benefício da coletividade, nos limites da lei.
- D exercer o controle da atividade de órgãos inferiores, dando ordem a subordinados e verificando a legalidade dos atos praticados.
- E averiguar a ocorrência de infrações e aplicar eventuais penalidades aos servidores públicos e particulares que se relacionam juridicamente com a Administração.

46. A caracterização de responsabilidade civil do Estado por dano causado por indivíduo que fugiu do sistema prisional

- A é inconstitucional, por ser expressamente vedada pela Constituição Federal de 1988.

B mostra-se juridicamente impossível, em razão da ausência de conduta administrativa quando ocorre fuga de presídio.

C deve ser reconhecida com base no risco integral, teoria amplamente adotada pela doutrina e pela jurisprudência nessa hipótese.

D somente deve ser admitida se comprovado dolo específico de agente da administração em colaboração com a fuga.

E depende da demonstração de nexos causal direto entre o momento da fuga e a conduta danosa praticada pelo infrator.

47. Assinale a opção correta a respeito do controle da administração pública.

A As ações judiciais que tenham por objeto atos administrativos praticados por órgãos do Poder Judiciário constituem exemplos de controle externo.

B Dada a presunção de legitimidade dos atos administrativos, não se pode falar em controle preventivo desses atos.

C Por força do princípio da eficiência, não cabe falar em controle concomitante de um ato administrativo, sob risco de entraves desnecessários à consecução do interesse público.

D O recurso administrativo ilustra o chamado controle provocado, que se opõe ao controle de ofício, por ser deflagrado por terceiro

E O controle de legalidade é prerrogativa do controle judicial.

48. A respeito do uso e do abuso de poder, assinale a opção correta.

A O abuso de poder somente pode revestir-se de forma comissiva.

B A prática de ato administrativo com abuso de poder será sempre passível de convalidação.

C Incorrerá em excesso de poder o administrador público que, buscando prestigiar interesse particular, decretar a desapropriação de determinado imóvel rural sob a alegação de interesse social.

D A invalidação da conduta abusiva deve ser realizada por meio de ação judicial, não cabendo a autotutela da administração pública.

E A falta de motivo de ato administrativo revela elemento indiciário do desvio de poder.

49. Em se tratando de contrato administrativo, o contrato que não permite interferência do particular, de maneira alguma, quando de sua elaboração é conhecido como contrato

A de adesão.

B de gaveta.

C majoritário.

D real.

E unilateral.

50. Maria servidora pública do município Alfa, responsável pelos processos licitatórios, resolve abrir uma licitação para suprir demanda desnecessária de manutenção da sede do órgão. Nesse sentido, é possível afirmar que a ação de Maria, fere o princípio

A Da Finalidade.

B Da Vinculação ao instrumento convocatório.

C Da Publicidade.

D Da Eficiência.

E Da Continuidade.

Noções de Direito Constitucional

51. Sobre os partidos políticos, é correto afirmar, com base na Constituição Federal, que

A somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que tiverem eleito pelo menos quinze deputados federais.

B os parlamentares que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão, em qualquer situação, o respectivo mandato.

C não estão os partidos obrigados à vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

D é facultada aos partidos a celebração de coligações partidárias nas eleições proporcionais.

E os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos na Junta Comercial.

52. Conforme consta na Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

A A ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de dez anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

B O reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.

C A assistência ao empregado dependente químico de forma gratuita, nos termos da lei.

D A proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a maiores de dezesseis anos e de qualquer

trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

E O aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de sessenta dias, nos termos da lei.

53. De acordo com a Constituição Federal de 1988, são brasileiro natos os

A nascidos na República Federativa do Brasil, salvo se de pais estrangeiros.

B que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

C estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

D portugueses com residência fixa na República Federativa do Brasil há mais de 15 anos.

E nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

54. A Constituição Federal de 1988 apresenta ordenamento próprio para servidores públicos em exercício de mandato eletivo. De acordo com essas regras, poderá perceber, havendo compatibilidade de horários, as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, aqueles eleitos para o cargo de

- A deputado federal.
- B deputado estadual.
- C presidente da República.
- D vereador.
- E senador.

55. De acordo com as disposições do Art. 144 da Constituição Federal, a prevenção e a repressão ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, ao contrabando e ao descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência, destina-se à:

- A Polícia Federal.
- B Polícia Civil.
- C Polícia Militar.
- D Polícia Penal.
- E Polícia Rodoviária.

56. Jorge, cidadão brasileiro com dezoito anos de idade, deseja tomar medida jurídica, sob o fundamento de que determinada prerrogativa inerente a sua cidadania não pode ser usufruída em

razão de omissão legislativa na edição de norma regulamentadora de dispositivo constitucional. Nessa situação hipotética, para buscar tutela jurisdicional, de acordo com o rol de direitos e garantias fundamentais, Jorge deverá valer-se de

- A habeas data.
- B mandado de injunção.
- C mandado de segurança.
- D ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- E ação popular.

57. Segundo dispõe a Constituição Federal, o mar territorial e as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, são:

- A bens da iniciativa privada.
- B bens públicos da União.
- C bens públicos dos Estados.
- D bens públicos dos Municípios.
- E zona de soberania internacional.

58. De acordo com a Constituição Federal, são Poderes da União:

- I. Legislativo e Executivo.
- II. Municipal e Estadual.
- III. Monárquico e Governamental.
- IV. Parlamentar e Administrativo.

Quais estão corretas?

- A Apenas I.
- B Apenas II.
- C Apenas III.
- D Apenas I e II.
- E Apenas III e IV.

59. Sobre direitos e garantias individuais estabelecidos no art. 5.º da Constituição Federal em sua atual redação, analise as proposições a seguir e assinale a alternativa incorreta.

- A Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- B A criação e o funcionamento de associações, na forma da lei, dependem de autorização do poder público.
- C É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

D Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

E É inviolável a liberdade de consciência e de crença, e é assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

60. Nos termos da Constituição Federal, incumbe ao Poder Público, exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente:

- A Compensação Ambiental.
- B Compensação Financeira.
- C Caução.
- D Estudo Prévio de Impacto Ambiental.
- E Parcela dos recursos minerais explorados.

Noções de Direitos Humanos

61. Com base nas disposições da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

A Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e privativa audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir seus direitos e deveres ou fundamento de qualquer acusação criminal contra ele;

B Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido negadas todas as garantias necessárias à sua defesa;

C Todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos;

D Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e desfavoráveis de trabalho e à desproteção contra o desemprego;

E Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência incompatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

62. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos determina que, para uma petição ou comunicação ser admitida pela Comissão Interamericana, entre outros requisitos, será necessário que hajam sido interpostos e esgotados os recursos da jurisdição interna. Esse princípio de

direito internacional reconhecido na referida convenção denomina-se

A princípio da indivisibilidade.

B princípio da eficiência.

C princípio da subsidiariedade.

D princípio do dever de cooperação internacional.

E princípio da boa-fé.

63. Joana, grávida de 8 meses, é recolhida a estabelecimento carcerário para cumprimento de pena privativa de liberdade já transitada em julgado. No mês subsequente ao seu encarceramento, a apenada entra em trabalho de parto, sendo encaminhada para hospital público estadual para início dos procedimentos médicos. Visando a evitar a fuga de Joana, o agente policial que a acompanhou tomou todas as cautelas necessárias, algemando-a na maca hospitalar durante todo o período em que ela esteve internada, inclusive durante o parto. Nesse contexto, considerando as Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas – Regras de Bangkok, é correto afirmar que o uso das algemas foi

A incorreto, visto que os instrumentos de contenção jamais deverão ser usados em mulheres em trabalho de parto, durante o parto e nem no período imediatamente posterior.

B correto, estando em consonância com a súmula vinculante 11 do STF, que prevê a possibilidade de utilização do instrumento de contenção nos casos de risco de fuga, inclusive durante o parto.

C incorreto, vez que o trabalho de parto deveria ser realizado nas dependências da penitenciária por agentes policiais, dentro da cela da detenta, para evitar risco de fuga, o que dispensaria o uso de algemas.

D correto, visto que a condição de detenta não é afastada pelo trabalho de parto, devendo sua locomoção ser restrita em todos os espaços que frequentar, no interesse da coletividade e nos limites da pena imposta.

E incorreto, visto que é dever do estabelecimento penitenciário ter toda a estrutura ambulatorial e hospitalar dentro de suas dependências, com médicos de todas as especialidades e equipamentos modernos, aptos a realizar o procedimento de parto, com ou sem o uso de algemas.

64. Em relação às regras de aplicação geral contidas nas Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Nelson Mandela), está incorreta a alternativa.

A A detenção e quaisquer outras medidas que excluam uma pessoa do contato com o mundo exterior são penosas pelo fato de, ao ser privada da sua liberdade, lhe ser retirado o direito à autodeterminação. Assim, o sistema prisional não deve agravar o sofrimento inerente a esta situação, exceto em casos pontuais em que a separação seja justificável ou nos casos em que seja necessário manter a disciplina.

B Para que o princípio da não discriminação seja posto em prática, as administrações prisionais devem ter em conta as necessidades coletivas dos reclusos, particularmente as de maior vulnerabilidade. As medidas tomadas para proteger e promover os direitos dos reclusos portadores de necessidades especiais serão consideradas discriminatórias.

C Os objetivos de uma pena de prisão ou de qualquer outra medida restritiva da liberdade são, prioritariamente, proteger a sociedade contra a criminalidade e reduzir a reincidência. Estes objetivos só podem ser alcançados se o período de detenção for utilizado para assegurar, sempre que possível, a reintegração destas pessoas na sociedade após a sua libertação, para que possam levar uma vida autossuficiente e de respeito para com as leis.

D As celas ou locais destinados ao descanso noturno não devem ser ocupados por mais de um recluso. Se, por razões especiais, tais como excesso temporário de população prisional, for necessário que a administração prisional central adote exceções a esta regra deve evitar-se que dois reclusos sejam alojados numa mesma cela ou local.

E Em circunstâncias excepcionais, sempre que um recluso obtenha licença para sair do estabelecimento, deve ser autorizado a vestir as suas próprias roupas ou roupas que não chamem a atenção.

65. Qual o principal objetivo da Declaração dos Direitos Humanos?

A Foi criada em 1948, como forma de reação contra as atrocidades cometidas durante a Primeira Guerra Mundial, quando Stálin comandou o genocídio de judeus e outras minorias nos campos de concentração.

B A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi criada para estabelecer um ordenamento jurídico entre as nações do primeiro mundo.

C A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento criado para estabelecer medidas que garantam os direitos básicos dos povos africanos e asiáticos.

D Os direitos do Homem e do Cidadão são baseados na liberdade e defesa da propriedade.

E Criar um ambiente multilateralismo que garantisse a paz entre as nações e o fortalecimento dos direitos

humanos para que os horrores da guerra não se repetissem.

66. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, Pacto de São José da Costa Rica, determina que não se deve impor a pena de morte à pessoa que, no momento da perpetração do delito, for menor de _____ anos, ou maior de _____ anos, nem aplicá-la à mulher em estado de gravidez. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

A 18 (dezoito) – 60 (sessenta)

B 18 (dezoito) – 70 (setenta)

C 16 (dezesesseis) – 60 (sessenta)

D 16 (dezesesseis) – 70 (setenta)

E 21 (vinte e um) – 70 (setenta)

67. No Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 (Decreto nº 7.037/2009), está presente o Eixo Orientador II: “Desenvolvimento e Direitos Humanos”. Assinale a única diretriz a seguir que pertence a esse Eixo II.

A Promover e proteger os direitos ambientais como Direitos Humanos, incluindo as gerações futuras como sujeitos de direitos.

B Integração e ampliação dos sistemas de informações em Direitos Humanos e construção de mecanismos de avaliação e monitoramento de sua efetivação.

C Fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática.

D Garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena.

E Promoção dos direitos de crianças e adolescentes para o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando seu direito de opinião e participação.

68. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados

A pela Câmara dos Deputados, por maioria absoluta, mediante aprovação prévia da Advocacia Geral da União, serão equivalentes à Lei ordinária.

B pelo pleno do Supremo Tribunal Federal, desde que previamente aprovada pelo Presidente da República e Senado Federal, serão equivalentes às Leis ordinárias.

C pelo pleno do Supremo Tribunal Federal, desde que previamente aprovada pelo Presidente da República e

Senado Federal, serão equivalentes às Leis complementares.

D em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais

E pelo Presidente da República serão equivalentes à Medida Provisória e serão levados à Câmara dos Deputados, para, mediante aprovação por maioria dos votos, serem convertidas em Leis ordinárias.

69. Segundo o que dispõe a Convenção Americana de Direitos Humanos – Pacto de San Jose da Costa Rica (OEA, 1969),

A toda pessoa tem o direito de buscar e receber asilo em território estrangeiro, em caso de perseguição por delitos comuns e de acordo com a legislação de cada Estado e com os convênios internacionais.

B é permitido se restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.

C toda pessoa tem direito a um prenome e aos nomes de seus pais ou ao de um destes. A lei deve regular a forma de assegurar a todos esse direito, mediante nomes fictícios, se for necessário.

D ninguém deve ser detido por dívidas, inclusive em relação aos mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar.

E as penas privativas da liberdade devem ter por finalidade essencial a retribuição ao mal causado pelos condenados.

70. Conforme o que dispõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), existem princípios para a sua aplicação, ensino, atenção e respeito aos direitos e liberdades individuais e coletivos. Sendo assim, analise a assertiva a seguir: “Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa”. Conforme a DUDH, a assertiva acima atende especificamente a qual ou quais direito(s)?

- A Universalidade.
- B Igualdade.
- C Presunção da inocência.
- D Direito à vida, liberdade e à segurança.
- E Direito de ir e vir e proibição de prisão arbitrária.

Noções de Direito Penal

71. Em 10/1/2017, Robson praticou delito previsto na lei A, cuja pena era de reclusão de 3 a 6 anos. Em 30/4/2019, a lei A foi revogada pela lei B, que passou a prever pena de 1 a 3 anos de reclusão para a conduta praticada por Robson. Ocorre que, em 20/5/2020, entrou em vigor a lei C, revogando a lei B e passando a atribuir à conduta praticada por Robson pena de reclusão de 2 a 4 anos. Considere que Robson foi denunciado pelo delito em 30/5/2020 e, na data de hoje, ele está sendo sentenciado. Nessa hipótese, é correto afirmar que

A será aplicada a Robson a lei A, por ser aquela em vigor no dia de sua conduta.

B será aplicada a Robson a lei B, por ser a mais benéfica.

C será aplicada a Robson a lei C, por ser a mais recente, que revogou as demais leis anteriores.

D poderão ser aplicadas a lei A ou a lei C; a primeira porque era a lei em vigor no dia da conduta e a segunda porque é a lei mais recente. A escolha ficará a critério do juiz, que deverá optar pela mais favorável ao caso concreto.

E será aplicada a Robson a lei C, não só porque é a mais recente, mas também porque é mais benéfica se comparada à lei A, que vigorava no dia da conduta.

72. João Paulo, corretor de imóveis, obteve vantagem pecuniária paga por contribuinte de IPTU, sob o pretexto de que influiria em lançamento fiscal praticado por determinado funcionário público municipal. Nesse caso, houve a prática de:

- A crime de corrupção passiva.
- B crime de condescendência criminosa.
- C crime de tráfico de influência.
- D crime de advocacia administrativa.
- E crime de corrupção ativa.

73. José, com dolo de matar, resolve torturar Carlos até sua morte. Para tanto, se inspirando em filmes de guerra hollywoodianos, faz com que Carlos sofra, física e mentalmente, de forma inimagináveis, vindo a acarretar sua morte. Nessa hipótese, José deverá responder por

- A homicídio qualificado pela tortura.
- B lesão corporal seguida de morte.
- C tortura qualificada pela morte.
- D homicídio.
- E tortura.

74. Alexandre nutre um desejo sexual arrebatador por Janaina. Após anos de convívio respeitoso e sem que qualquer pessoa soubesse de seus desejos, descobriu que Janaína trai seu marido Carlos constantemente. Após muito pensar, resolveu obrigar Janaina a com ele se relacionar, sob pena de contar tudo sobre as traições ao marido Carlos. Por essa razão, Janaína cedeu e se relacionou com Alexandre. Nessa hipótese, trata-se de

- A violação sexual mediante fraude.
- B importunação sexual.
- C assédio sexual.
- D crime algum.
- E estupro.

75. Considere que Fernando, penalmente imputável de 25 anos, com consciência e vontade, instigue e induza Camilo, penalmente inimputável de 15 anos, a praticar ato infracional análogo ao delito de roubo. Relativamente à responsabilização de Fernando no tocante ao roubo, assinale a alternativa correta.

- A Responderá como coautor de delito de roubo.
- B Não responderá criminalmente pelo roubo.
- C Responderá por roubo impróprio praticado em concurso de pessoas.
- D Responderá como partícipe de delito de roubo.
- E Responderá por roubo com a incidência de qualificadora.

76. O dependente químico severo, comprovado por laudo pericial, que, para poder comprar substância entorpecente a fim de satisfazer seu vício, pratica conduta descrita em tipo penal de furto, poderá arguir em sua defesa excludente de

- A ilicitude pela inexigibilidade de conduta diversa.
- B tipicidade pela ausência de dolo.
- C culpabilidade pela coação moral irresistível.
- D culpabilidade pela inimputabilidade.
- E ilicitude pelo estado de necessidade.

77. São elementos do fato típico:

- A conduta, resultado, relação de causalidade e tipicidade.
- B conduta, resultado, relação de causalidade e culpabilidade.
- C conduta, resultado, antijuridicidade e culpabilidade.
- D conduta, resultado, nexos de causalidade e antijuridicidade.

E conduta, relação de causalidade, antijuridicidade e tipicidade.

78. Victor abordou um grupo de três pessoas que estava no interior de um coletivo e, mediante grave ameaça, subtraiu os pertences que elas carregavam. Diante dos fatos narrados, considerando o instituto do concurso de crimes e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, Victor praticou:

- A três crimes de roubo, em concurso material, devendo ter as penas dos crimes somadas;
- B três crimes de roubo, em concurso formal impróprio, aplicando-se a regra da exasperação;
- C três crimes de roubo, em concurso formal próprio, devendo ter a pena de um deles aumentada;
- D três crimes de roubo na forma continuada, devendo ter a pena de um deles aumentada;
- E um único crime, devendo responder por roubo simples.

79. Uma pessoa que nasceu e morava no Paraguai veio ao Brasil ilegalmente para realizar, junto com alguns brasileiros, um assalto a um banco. Os policiais brasileiros a prenderam durante a fuga, já na fronteira com a Argentina. De acordo com a legislação penal, considera-se praticado o crime:

- A No país da ação efetuada, ou seja, do assalto.
- B No país do destino após a fuga, caso haja convenção ou tratado internacional.
- C A definição do local do crime depende da sua gravidade.
- D Nos países onde foi efetuada a prisão, ou seja, no Brasil e na Argentina.
- E No país de origem do autor do crime.

80. Assinale o único crime que, para a sua configuração, exige do agente a condição de funcionário público.

- A crime de excesso de exação
- B crime de corrupção ativa
- C crime de violência abusiva
- D crime de descaminho
- E crime de usurpação de função pública

Legislação Extravagante

81. Considerando o disposto na Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006, conhecida como Lei de Drogas, assinale a alternativa incorreta.

A Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido a prisão em flagrante

B Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao órgão do Ministério Público, em 24 (vinte e quatro) horas

C O inquérito policial será concluído no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias, quando solto

D A apreensão de veículos, embarcações, aeronaves e quaisquer outros meios de transporte e dos maquinários, utensílios, instrumentos e objetos de qualquer natureza utilizados para a prática, habitual ou não, dos crimes definidos nesta Lei será imediatamente comunicada pela autoridade de polícia judiciária responsável pela investigação ao juízo competente

E O juiz determinará a liberação total ou parcial dos bens, direitos e objeto de medidas assecuratórias quando comprovada a licitude de sua origem, mantendo-se a constrição dos bens, direitos e valores necessários e suficientes à reparação dos danos e ao pagamento de prestações pecuniárias, multas e custas decorrentes da infração penal

82. Nos termos da Lei nº 8.072/1990, são considerados hediondos, todos tipificados no Código Penal, os seguintes crimes:

A Homicídio (Art. 121).

B Extorsão qualificada pela morte (Art. 158, § 2º).

C Atentado violento ao pudor (Art. 214).

D Epidemia com resultado morte (Art. 267, § 1º).

E Roubo qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum (Art. 157, § 4º-A).

83. A Lei nº 13.869/2019 dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, que são crimes cometidos por agente público, quando abusa do poder que lhe foi atribuído. Analise os itens e assinale a alternativa CORRETA, dentre outros, quem pode ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade:

I. Servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas.

II. Membros do poder judiciário.

III. Membros dos tribunais ou conselhos de contas.

IV. Membros de instituições bancárias privadas.

Estão CORRETOS apenas os itens:

A I, II e IV.

B II e III.

C I, II e III.

D III e IV.

E I e II.

84. Com base na Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429/1992, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário quando o autor da denúncia o sabe inocente.

A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos se efetiva com o ajuizamento da ação judicial de improbidade administrativa.

A aplicação das sanções previstas na Lei independe da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

A V – V – F.

B V – F – V.

C V – F – F.

D F – V – F.

E F – V – V.

85. A Lei 13.964/2019, mais conhecida como “pacote anticrime”, alterou o Código de Processo Penal para incluir no capítulo do exame de corpo de delito o tema cadeia de custódia da prova penal. Trata-se de importante dispositivo processual com a finalidade de assegurar a integridade dos elementos probatórios. Acerca do tema, assinale a afirmativa INCORRETA.

A Vestígio é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.

B O agente público que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial encaminhará ao Delegado de Polícia, que ficará responsável por sua preservação.

C É proibida a entrada em locais isolados bem como a remoção de quaisquer vestígios de locais de crime antes da liberação por parte do perito responsável, sendo tipificada como fraude processual a sua realização.

D Todos os recipientes para acondicionamento dos vestígios deverão ser selados com lacres, com

numeração individualizada, de forma a garantir a inviolabilidade e a idoneidade do vestígio durante o transporte.

E Todas as pessoas que tiverem acesso ao vestígio armazenado deverão ser identificadas e deverão ser registradas a data e a hora do acesso.

86. Assinale a alternativa correta considerando as disposições da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984).

A O isolamento, a suspensão e a restrição de direitos não poderão exceder a trinta dias, ressalvada a hipótese do regime disciplinar diferenciado.

B A autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso pelo prazo de até quinze dias.

C O mandato dos membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária terá duração de três anos, renovado um terço a cada ano.

D Se, intimado pessoalmente ou por edital com prazo de trinta dias, o réu não comparecer injustificadamente à audiência admonitória, a suspensão ficará sem efeito e será executada imediatamente a pena.

E Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até dois anos de idade.

87. Segundo a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), a assistência ao egresso consiste, dentre outras medidas possíveis, na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de

A quinze dias.

B um mês.

C dois meses.

D três meses.

E seis meses.

88. De acordo com a Lei de Execução Penal (LEP), o órgão da execução penal destinado especificamente a prestar assistência aos albergados e aos egressos é

A o patronato.

B a casa de albergado.

C o conselho penitenciário.

D o conselho da comunidade.

E o departamento penitenciário.

89. De acordo com a Lei de Execução Penal, constituem direitos dos presos:

1. audiência especial com o diretor do estabelecimento.

2. ser chamado nominalmente.

3. atribuição de trabalho, remuneração e horário de lazer.

4. representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

A São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.

B São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.

C São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.

D São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.

E São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

90. A respeito da responsabilização civil e administrativa das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, disciplinada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, é correto afirmar que:

A traduz hipótese de responsabilização objetiva, nos âmbitos administrativo e civil, abrangendo a atuação lesiva das pessoas jurídicas em seu interesse ou benefício, bem como a atuação de seus dirigentes ou administradores;

B admite a celebração de acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, condicionando-se à prévia e integral reparação de eventuais danos causados ao erário;

C as sanções administrativas passíveis de aplicação às pessoas jurídicas responsáveis compreendem, além de multa e publicação extraordinária da decisão condenatória, a dissolução compulsória da sociedade empresária ou do consórcio de empresas;

D as normas relativas aos prazos e marcos interruptivos da prescrição dos atos infracionais seguem a mesma sistemática aplicável aos atos de improbidade, observando-se o prazo prescricional de oito anos, contados da data da ciência da infração;

E compreende a prática de atos contra a administração estrangeira, assim considerados os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.

PROVA DISCURSIVA

- As provas discursivas, de caráter eliminatório e classificatório, serão aplicadas nos mesmos dia e horário previstos para realização das provas objetivas, e compreenderá a elaboração de um texto dissertativo de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) e no máximo 30 (trinta) linhas, e valerá 20,0 (vinte) pontos.
- O texto da prova discursiva deverá ser manuscrito em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de ponta grossa e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- O candidato deverá observar atentamente as orientações de transcrição da sua resposta quando da realização da prova discursiva. Aquele que não observar tais orientações receberá nota 0,0 (zero), sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação sumária.

Leia, com atenção, o texto a seguir:

Rio – O Estado do Rio de Janeiro deixou a 27ª e última colocação do ranking percentual de unidades prisionais no quesito educacional, registrada no 2º semestre de 2021, para assumir o 10º lugar da federação no levantamento mais recente, referente ao 1º semestre de 2022, realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), órgão ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A evolução alcançada em seis meses foi identificada pelo 12º Ciclo do Levantamento de Informações Penitenciárias. No 11º Ciclo, o Estado do Rio contava com apenas 4.449 presos em atividades educacionais, culturais e esportivas. O ciclo atual mostrou, no entanto, que o sistema prisional fluminense passou a contar com 34.168 custodiados inseridos nessas atividades, o que corresponde a 64,76% da sua população prisional.

De acordo com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), essa evolução é resultado dos esforços da secretaria pelo cumprimento da meta 12 do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) e das metas do Plano de Educação em Prisões.

"Não podemos falar sobre reintegração à sociedade sem falar em educação, cultura e esporte. E eu tenho orgulho em poder afirmar que esses mais de 34 mil privados de liberdade do nosso sistema, que correspondem a cerca de 65% dos nossos custodiados, já entenderam isso e estão tendo agora a oportunidade de dar continuidade ou até mesmo de retomar os estudos, reescrevendo um futuro com o qual muitos deles pensavam não ser mais possível sonhar", afirmou a Secretária de Estado de Administração Penitenciária, Maria Rosa Nebel. [...]

Rio sai da última colocação do ranking nacional sobre educação na prisão. Disponível em: <https://www.odia.ig.com.br>

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema: **A importância da educação para a população prisional.**

Rascunho

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Gabarito Rascunho

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90										

Gabarito

Simulado Amostra – Polícia Penal do Ceará

NÍVEL MÉDIO

Policial Penal

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	B	B	D	C	C	B	B	B	E	D	D	E	E	D	D	B	E	D	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	C	E	C	E	A	E	A	E	E	A	E	B	C	B	A	B	A	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
B	C	E	B	A	E	D	E	A	D	C	B	E	D	A	B	B	A	B	D
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
C	C	A	B	E	B	A	D	C	C	B	C	A	E	D	D	A	C	A	A
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90										
A	D	C	B	B	A	C	A	E	E										

Modelo de Redação

A importância da educação prisional é uma temática de interesse nacional. A educação na penitenciária é essencial para o cidadão construir um futuro após a sua penalidade e sua reinstalação na sociedade. Em 1988, a sociedade brasileira conheceu o documento mais importante da história do país, a Constituição Cidadã, que garante os direitos humanos, incluindo a educação para todos.

A sociedade atual não possui o aproveitamento dos seus direitos exposto em tal documento, visto que há falta de educação no meio penitenciário, por consequência ocasiona problemas futuros para o cidadão dessa realidade, como o desemprego e volta à marginalização.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 60% dos presídios brasileiros não possuem projetos de alfabetização. Portanto, a falta de ação em prol a necessidade visível de educação aumenta a taxa de desemprego para o grupo afetado, com efeito negativo em relação a influência do indivíduo de realizar delitos futuros.

Diante do exposto, o Ministério da Justiça e o Congresso Nacional devem impor leis para a garantia da educação presidiária, além de promover projetos de conscientização dessas leis na sociedade, como também promover campanhas nas redes sociais e plataformas do governo, como o gov.br. É necessário também colocar em prática palestras educacionais no meio penitenciário, inserir materiais de alfabetização gratuitas e professores qualificados pedagogicamente para a alfabetização nesses locais. Convém salientar que, após a implantação de tais projetos, as melhorias serão visíveis, pois a educação é o futuro da nação, assim como o filósofo Aristóteles comentou em sua tese: “A educação tem raízes amargas, mas os seus frutos são doces”.